ABRIL 2024

jornal fne

Federação Nacional da Educação



ÍNDICE



3 - 4
EDITORIAL

5 - 26
AÇÃO SINDICAL

27 - 28
TEM A PALAVRA

29 - 32
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

33 - 46
INTERNACIONAL

47 - 48
SAÚDE



EDITORIAL



A importância do 25 de Abril, da liberdade, da democracia

O 25 de Abril de 1974 representa um marco singular na história de Portugal, um dia cujo eco se prolonga pela eternidade como símbolo de libertação, esperança e renovação. Naquela data, os ventos da mudança sopraram com vigor, derrubando os muros que aprisionavam a nação sob o jugo de uma ditadura opressiva. Foi o despertar de uma consciência coletiva, o clamor por justiça, igualdade e liberdade que ecoou por todo o país.

A relevância do 25 de Abril transcende os limites do tempo, pois marcou o ponto de viragem que pavimentou o caminho para uma sociedade livre e democrática. A Revolução dos Cravos não apenas libertou o povo português das amarras do autoritarismo, mas também redefiniu os alicerces sobre os quais a nação se ergueria. Foi o momento em que os valores fundamentais da liberdade, igualdade e fraternidade foram restaurados, erguendo-se como pilares inabaláveis da sociedade.

A liberdade conquistada em Abril é um tesouro inestimável, uma dádiva que devemos proteger e preservar a todo o custo. É o direito sagrado de cada indivíduo seguir o seu próprio destino, de expressar as suas opiniões livremente, de participar ativamente na edificação do futuro coletivo. É o combustível que alimenta o progresso, a criatividade e a diversidade, moldando uma sociedade plural e inclusiva.

Contudo, a liberdade só se completa quando acompanhada pela democracia. Esta não é apenas um sistema político, mas sim um compromisso com a justiça, a transparência e a participação cidadã. É o poder do povo, exercido através do voto e da voz, para moldar o destino da nação, conforme os seus anseios e valores.

Assim, o 25 de Abril de 1974 vai além de ser apenas uma data no calendário; é um lembrete constante do poder da vontade popular, da importância da luta incessante pela liberdade e da necessidade da democracia como guardiã dos direitos e liberdades individuais. É um convite à reflexão e à ação, para que nunca esqueçamos as lições do passado e para que sempre lutemos por um futuro onde a liberdade e a democracia floresçam em todo o seu esplendor.

Neste contexto, é crucial reconhecer que a manutenção desses ideais exige não apenas celebração, mas também um compromisso contínuo com a vigilância e a defesa das instituições democráticas. A história ensina-nos que a liberdade é frágil e pode ser facilmente usurpada se não estivermos atentos.

Portanto, é incumbência de cada cidadão cultivar uma cultura de participação cívica, responsabilidade cidadã e respeito pela diversidade de opiniões, garantindo assim que os valores consagrados pelo 25 de abril permaneçam vivos e vibrantes na nossa sociedade.

Cristina Ferreira

CRISTINA FERREIRA
SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DA FNE



Escolha de Fernando Alexandre causou surpresa à FNE

Dezoito dias depois da vitória do PSD nas eleições de 10 de março de 2024, foi apresentado o novo Governo. Numa primeira reação à escolha do economista Fernando Alexandre para liderar a pasta da Educação, o Secretário-Geral da FNE admitiu à Agência LUSA alguma surpresa a propósito da escolha de Fernando Alexandre, ainda que lhe reconheça "um currículo riquíssimo", e ainda que lhe pareça que, "de um ponto de vista abstrato", esta opção não seja "a melhor solução" para a pasta, assume preferir esperar pela composição final deste ministério para tomar uma posição definitiva.

"Se aquilo que vier acontecer quando apresentarem as secretarias de Estado for termos secretários de Estado com autonomia, capacidade de intervenção, conhecedores daquilo que são as necessidades, que no caso da Educação têm vindo a ser notórias, tudo bem. Para já é um bocadinho precoce estarmos a avançar com o que for, porque nos falta agora perceber de que forma é que a estrutura será montada", disse.

Garantido para a FNE é que assim que o Governo tomar posse, a 2 de abril, será enviado nesse mesmo dia um ofício a pedir uma reunião "com caráter de urgência" para apresentar as reivindicações da federação, para que o Governo "ainda possa incorporar alguma coisa" no seu programa.

FNE avançou com pedido de reunião ao novo Ministro da Educação

E como prometido, a FNE não perdeu tempo e logo a 2 de abril fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação um ofício em que saudava o novo Ministro, Fernando Alexandre, e solicitava a marcação de uma reunião para apresentação do documento "Roteiro para a Legislatura 2024-2028", assim como as medidas consideradas mais urgentes para o setor.

A FNE manifestou também a sua total disponibilidade para um diálogo regular com o novo Ministro e a sua equipa, que permita a partilha das perspetivas da federação sobre as melhores políticas para uma Educação de qualidade em Portugal, bem como apresentar as suas propostas, atividades e objetivos para o futuro.

"A FNE, como representante dos profissionais da educação, quer ser parte ativa e mostra-se interessada na aposta de um diálogo construtivo com o Governo, tendo em vista a resolução urgente dos principais problemas que afetam o sistema educativo nacional, reivindicando junto do novo Governo a consideração da Educação como uma verdadeira prioridade nacional, com a alocação dos recursos humanos e financeiros necessários para garantir o seu bom funcionamento", constava no documento enviado à tutela.





“Tempo é coisa que não temos”

FNE pede 30% do tempo congelado dos professores no imediato

Pedro Barreiros deixou o repto de se recuperar 30% do tempo congelado dos professores no imediato

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, foi o convidado do "Hora da Verdade" um podcast conjunto da Rádio Renascença e Jornal Público, em que teve a oportunidade de deixar as ideias da FNE para vários temas de atualidade educativa e lançar um repto ao novo governo relativamente à primeira percentagem da recuperação do tempo de serviço congelado: alcançar um valor em negociação que ronde ou iguale os 30%.

Pedro Barreiros alertou ainda que a abertura do próximo ano letivo “está em causa” por causa da falta de professores e colocou condições para a adoção das horas extra que o programa eleitoral da AD prevê: a medida tem de ser facultativa.

O dirigente da FNE apelou ainda ao diálogo com o Ministério da Educação e garantiu que pretende ser “parte da solução”. Se o Governo decidir ser “irredutível”, Pedro Barreiros avisa que “os dados finais serão sempre piores”. Haver paz social ou um verão quente com a rua hostil só “depende” do novo executivo, concluiu.





Programa do Governo levantou preocupações à FNE

E a 10 de abril, dia em que o Governo apresentou o seu Programa para a nova legislatura, Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, em declarações à CNN Portugal, considerou que o Governo devia ser mais ambicioso na recuperação do tempo de serviço dos professores: "Já tínhamos proposto 30% para este ano. Consideramos fazível uma recuperação de 50% até 2025. Claro que o programa eleitoral da AD falava em 20% e não estava nada previsto para 2024. Haver essa disponibilidade é positivo. Entre o zero e os 20, preferimos os 20, mas queremos os 30", referiu.

O líder da FNE está também preocupado com outras medidas que constam do programa do Governo, incluindo as mudanças previstas nos concursos de colocação de professores, que juntam fatores como a área de residência e a avaliação na seriação dos docentes: "Se for conforme nos é apresentado, de quererem fazer associar a avaliação de desempenho aos concursos... a residência e avaliação podem desvirtuar a graduação. Não entendemos que a residência tenha impacto naquilo que é a graduação profissional de um docente", disse Pedro Barreiros.

O programa do Governo parece levantar mais dúvidas do que certezas entre a classe docente. Mais especificamente no que diz respeito aos apoios aos professores deslocados. Se o programa do Governo for aprovado, os docentes vão poder deduzir em IRS as despesas com alojamento, quando colocados a mais de 70 quilómetros da sua residência. "Já tivemos a oportunidade de perguntar porquê 70 quilómetros e não 20, 30 ou 80 e nunca obtivemos uma resposta clara e concreta", considerou Pedro Barreiros.

Mas a maior preocupação dos professores prende-se com a descentralização das decisões sobre Educação, com possibilidade de atribuição de mais poderes às autarquias e aos diretores das escolas. "A descentralização está em curso e não nos parece negativo que isso aconteça. As autarquias devem ser responsabilizadas pela falta de meios nas escolas que tutelam. Mas, no caso dos professores e do desempenho da sua profissão, as autarquias nunca deverão ser chamadas a tomar decisões", defendeu.

O Governo quer "estabelecer o estatuto do diretor de escola, que inclua um modelo especial de remuneração e de avaliação", o que configuraria a criação de uma carreira específica para diretores. Sobre este assunto, a FNE não tem "uma posição fechada": "No tempo do professor David Justino, já se tentou implementar uma medida parecida e não foi bem acolhido por ninguém. Não quero levantar problemas, mas devemos aprender com os erros do passado", sublinhou Pedro Barreiros.





FNE pede soluções até junho para haver paz nas escolas

E ao fim da tarde de 19 de abril de 2024, deu-se então o primeiro encontro entre a FNE e a nova equipa do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). No final de um encontro que serviu acima de tudo para apresentações, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, defendeu em declarações aos meios de comunicação no local, que os professores precisam de um sinal da tutela, que tem de ser dado nos próximos dois meses, para que "o início do próximo ano comece com tranquilidade e paz".

Pedro Barreiros referia-se às negociações que começam em maio para a contabilização dos cerca de seis anos e meio de trabalho congelado durante o período da Troika.

"Os processos negociais agora iniciados terão de estar terminados o mais tardar no final de maio, início de junho", disse aos jornalistas no final da reunião com a tutela, recordando que o Governo tem como proposta uma recuperação anual de 20%, mas para a FNE a fórmula a aplicar "numa primeira tranche, não seja um valor inferior a 30% e que a recuperação ocorra o mais rapidamente possível, limite dos limites, dentro desta legislatura".

Além da recuperação do tempo de serviço, a FNE lembrou que existem outros problemas nas escolas, que vão desde a indisciplina nas salas de aula até à falta de professores: "há uma matéria sobre a qual toda a sociedade tem de ser envolvida e resolvida urgentemente e que é a falta de professores.

E esse problema só se combate investindo na formação inicial de professores, reforçando o investimento na área da educação e dotando as instituições de ensino superior com mais meios e recursos para formar mais professores".

Sobre os processos negociais, a FNE fez notar junto do MECI a solicitação de reuniões específicas sobre o Ensino Superior e sobre as questões do Pessoal de Apoio Educativo "que foi esquecido no programa do governo e importa que o MECI dê nota da valorização destes profissionais".

FNE/LUSA

Primeira reunião negocial a 3 de maio

Entretanto, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) convocou a Federação Nacional da Educação (FNE) para uma primeira reunião negocial, a decorrer nas instalações do Ministério da Educação, em Lisboa, no próximo dia 3 de maio, às 10h15. Saiba tudo sobre este encontro no site e redes oficiais da FNE e na próxima edição do JORNAL FNE.









FNE esteve na DGAE para reunião sobre concursos

A FNE marcou presença numa reunião na Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE) para apresentação do concurso de professores.

Neste encontro de cariz técnico, e em que a FNE esteve representada pelo Vice Secretário-Geral Manuel Teodósio e pelo Secretário-Geral Adjunto, Paulo Fernandes, saíram conclusões esclarecedoras em alguns sentidos, mas com algumas surpresas noutras. Os principais pontos a destacar centraram-se em:

. Norma Travão - para garantir um lugar de quadro deve candidatar-se a todos os QZP e escolas do continente;

. Vinculação Dinâmica - Mesmo que concorra a todos os QZP e escolas não está garantido o lugar de quadro;

. Concurso Interno - Terá que concorrer a todos os QZP, mesmo que apresente as suas preferências. Se não indicar todos os QZP, a aplicação irá concorrer automaticamente. Ordene os QZPs.

. Transitar de QZP ou Escola - Se concorrer em simultâneo, a plataforma considera primeiro a transição de escola e em segundo a transição de QZP. Se quiser mudar de grupo, concorra apenas ao grupo.

. Manifestação de preferências - atenção aos códigos.

Recorde aqui o resumo desta reunião



Após alerta da FNE, MECI prolongou prazo de concursos

Os Sindicatos da FNE recebiam várias queixas dos professores relativamente a dificuldades no acesso à plataforma de concursos para docentes. E por isso, a FNE fez chegar no início da tarde de 15 de abril de 2024, ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício em que solicitava o alargamento do prazo dos concursos de docentes.

Nesse documento enviado à tutela, a FNE dava nota dos diversos problemas técnicos enfrentados pelos docentes desde o domingo, 14 de abril, à tarde, ao tentarem candidatar-se aos Concursos para Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário. Eram várias as mensagens que revelavam as falhas da plataforma, gerando ansiedade e insegurança entre os docentes, uma vez que o prazo para candidaturas terminaria pelas 18:00 horas (hora de Portugal continental) do dia 16 de abril.

Depois do alerta e da solicitação da FNE, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) anunciou então o prolongamento por 48h do prazo de concursos de docentes por falhas na plataforma.

A FNE considerou que "esta foi uma decisão sensata tendo em conta os inúmeros problemas na plataforma", e que, como foi referido pela FNE no ofício enviado ao MECI, geravam já ansiedade e insegurança entre os docentes.

O prazo para a submissão das candidaturas ao concurso interno e ao concurso externo 2024/2025 foi assim estendido por mais 48h, até às 18:00 de quinta-feira, dia 18 de abril, garantindo que todos os docentes teriam tempo suficiente para realizar as suas candidaturas de forma consistente.



fne



Liberdade

PARA NUNCA DESISTIR!

25 ABRIL 2024

DIA DA LIBERDADE

A Democracia está todos os dias em construção
e somos todos responsáveis por ela.

SINDICATO PROFESSORES ZONA NORTE · SPZC SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA CENTRO · SPGL GRANDE LISBOA · SDPSUL · SDPA SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES DOS AÇORES · SPM MADEIRA · SPCL · STAE ZONA NORTE · STAE ZONA CENTRO · STAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

50º Aniversário do 25 de Abril: Celebração de Conquistas e Compromisso com o Futuro

A Federação Nacional da Educação (FNE) comemora, com profunda convicção, o **50º aniversário da Revolução dos Cravos,** um marco histórico que libertou Portugal do jugo da ditadura e deu início à construção de uma sociedade mais justa, livre e democrática.

O 25 de Abril de 1974 foi um dia de profunda transformação social e política, que marcou para sempre o nosso país. As ruas, outrora silenciadas pelo medo e pela repressão, ecoaram com o grito da liberdade, abrindo caminho para a construção de uma sociedade assente em valores como a **liberdade, a democracia, a justiça social e a solidariedade.**

Passadas cinco décadas, podemos afirmar com convicção que os ideais de Abril continuam a inspirar e nortear a nossa ação sindical. Uma ação responsável, construtiva, firme e inovadora, sempre em defesa da qualidade da Educação e dos Trabalhadores da Educação!

A educação, impulsionada pelos valores de Abril, teve um papel fundamental na consolidação da democracia portuguesa. Avanços como a **diminuição do abandono escolar precoce, o aumento da escolarização, o combate ao analfabetismo e a valorização dos profissionais da educação** são testemunhos inegáveis do impacto transformador do 25 de Abril.

Na FNE e nos nossos sindicatos, a luta pela **valorização e o reconhecimento dos trabalhadores da educação** é uma constante. Combatemos a precariedade, defendemos condições de trabalho, saúde e segurança dignas para todos e exigimos um diálogo social construtivo.

O compromisso com os ideais do 25 de Abril permanece firme na FNE. Continuaremos a lutar por uma **sociedade cada vez mais justa, inclusiva, sustentável e equitativa**, onde todos tenham acesso a oportunidades iguais e possam alcançar o seu pleno potencial.

Viva o 25 de Abril!

Federação Nacional da Educação

Em defesa da Educação e dos Trabalhadores da Educação!

Pedro Barreiros
20 abril 2024



Pedro Barreiros entrevistado pela *Le Nouvel Observateur*

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, concedeu uma entrevista à premiada jornalista Dominique Nora, grande repórter da revista *Le Nouvel Obs*, a principal revista de informação francesa, que analisa em direto os acontecimentos políticos, sociais e culturais em França e no mundo.

O encontro decorreu na manhã de 26 de abril de 2024, nas instalações do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), na cidade do Porto.

Dominique Nora encontra-se em Portugal para mostrar as desvantagens do denominado "milagre económico português", através da análise e da desconstrução da dura realidade nos nossos setores da Educação, Saúde e Habitação.

A grande repórter francesa procurou o Secretário-Geral da FNE para conhecer a situação da política de educação em Portugal e os reais problemas e condições de trabalho dos educadores e professores no nosso país.

Começando por explicar a reivindicação da FNE do tempo de serviço congelado, Pedro Barreiros focou a conversa em redor de outras profundas feridas existentes no setor da educação, tais como o "processo *Kafkiano* da avaliação de desempenho docente" em Portugal, o envelhecimento e a urgência de rejuvenescimento de docentes e não docentes, a falta de professores, as turmas sem todos os professores ou a grande desvalorização profissional e política a que tem sido votada a classe docente.

Outros temas abordados tiveram que ver com as dificuldades de recrutamento e mobilidade dos profissionais da educação e o futuro de um governo débil, que não pode assegurar um mandato governativo completo. Os perigos e desafios dos avanços da extrema-direita em Portugal foram igualmente analisados, inclusive nas suas implicações no setor da educação.

Questionado sobre até onde os professores portugueses estão dispostos a ir nas suas reivindicações, Pedro Barreiros foi muito claro: "Os educadores e professores portugueses estão unidos e dispostos a tudo o que for preciso, pela valorização das suas condições de trabalho, das suas carreiras e da sua dignidade profissional".

Nascida no seio de uma família judia envolvida na Resistência francesa, e após uma formação em engenharia agrícola, Dominique Nora tornou-se jornalista especializada em mercados financeiros, informática, telecomunicações e revolução digital. Após quatro anos de jornalismo económico no diário *Libération*, tornou-se correspondente económica em Nova Iorque do *Le Nouvel Obs* e, em seguida, chefe da secção de economia. Em março de 2018, foi nomeada chefe de redação de toda a produção digital e impressa do *L'Obs.* Mais recentemente voltou à sua paixão pela grande reportagem.

Dominique Nora é autora de vários livros premiados, nomeadamente *"Les Possédés de Wall Street" (1987), "Les Pionniers de l'Or Vert" (2009) ou "Lettre à mes parents sur le Monde de Demain" (2015).* Em língua portuguesa tem publicados os livros "O Assalto Planetário: a face oculta da Microsoft" (em parceria com Roberto Di Cosmo - 1998) e "Os Conquistadores do Ciberespaço" (1996).

A publicação da reportagem de Dominique Nora sobre o "milagre económico português" está prevista para o próximo mês de maio, na revista *Le Nouvel Obs.*







1º Maio da UGT - 2024 celebra-se em Vila Real

A UGT e os seus Sindicatos vão celebrar o 1º de Maio, Dia Mundial dos Trabalhadores, na Praça do Município, em Vila Real.

O programa do evento inclui várias iniciativas, com destaque para as intervenções político-sindicais que acontecem às 15h00m e que vão contar com a participação do Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Rui Santos, do Presidente da UGT-Vila Real, Nataniel Araújo, da Presidente da UGT, Lucinda Dâmaso e do Secretário-Geral da UGT, Mário Mourão.

Em seguida, pelas 16h30 acontece a atuação do cantor Fernando Pereira.

Durante o evento estão ainda garantidos vários espetáculos de animação.

Trabalhos do Concurso "Era uma vez... o 1º de maio" em exposição

A FNE marcará presença em Vila Real e os trabalhos do Concurso "Era uma vez...o 1º de Maio" vão estar em exposição no hall da entrada da Escola Camilo Castelo Branco, em Vila Real.

Esta é uma iniciativa que anualmente desafia alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador tendo sido assumindo como tema para a edição deste ano “Ser Professor com a casa às costas”.

Consulte aqui as imagens dos trabalhos vencedores do Concurso.



Compromisso com a Educação reforçado no Tempo de Antena - UGT

Como acontece anualmente, a UGT realizou um Tempo de Antena apresentado a 26 de abril e que contou com uma declaração do Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros:

Educação: Pilar da Democracia e do Progresso!

A educação, semeada pelos valores do 25 de Abril, floresceu em Portugal, erguendo-se como um pilar fundamental da nossa democracia e do progresso do povo português. Através dela, a vida e o trabalho de todos nós foram transformados.

Avanços como a redução do abandono escolar, o aumento da escolarização, o combate ao analfabetismo e a valorização dos profissionais da educação são testemunhos inegáveis do impacto transformador da nossa ação sindical, ao longo dos últimos 50 anos.

Esses sucessos só são possíveis graças à dedicação, ao profissionalismo e ao compromisso inabalável dos trabalhadores da educação, de todos os níveis e setores de ensino. A eles, o nosso mais profundo reconhecimento e gratidão!

Na FNE e nos nossos sindicatos, a luta pela valorização e o reconhecimento dos trabalhadores da educação é uma constante. Combatemos a precariedade, defendemos condições de trabalho, saúde e segurança dignas para todos e exigimos um diálogo social construtivo e transparente.

O compromisso da FNE com a defesa dos trabalhadores que representamos permanece firme e inabalável. Continuaremos a lutar por uma sociedade cada vez mais justa e inclusiva, onde todos tenham acesso a oportunidades iguais e possam alcançar o seu pleno potencial.

A educação é a chave para um futuro promissor para Portugal.

Um abraço a todos os trabalhadores da educação!

Viva o 1º de maio!

Pedro Barreiros
Secretário-Geral da FNE





FNE/AFIET e Oceano Azul promovem workshop "Dar tempo ao Oceano"

A Federação Nacional da Educação (FNE), a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) e a Fundação Oceano Azul, com o apoio do Oceanário de Lisboa, organizam no próximo dia 15 de maio de 2024, entre as 18h e as 19h30, o workshop para educadores e professores dos ensinos básico e secundário "Dar tempo ao Oceano", que vai debater a importância do oceano enquanto regulador do clima e algumas soluções para o combate às alterações climáticas.

Esta sessão síncrona poderá ser complementada com mais uma sessão assíncrona de 1h30, a decorrer na plataforma moodle, com quatro atividades complementares, a concluir até ao dia 24 de maio de 2024.

O workshop “Dar tempo ao oceano” conta com a participação da Mestre em Biologia Marinha, Natacha Moreira, formadora e assistente de gestão de projetos de Educação na Fundação Oceano Azul, e da bióloga Beatriz Tempero, educadora marinha no Oceanário de Lisboa e formadora do programa "Educar para uma Geração Azul".

Após as sessões síncrona e assíncrona, o(a)s educadore(a)s e professore(a)s interessado(a)s poderão solicitar à FNE (secretariado@fne.pt) o reconhecimento e certificação desta formação como uma Ação de Curta Duração de três horas, nos termos do Despacho nº 5741/2015, de 29 de maio.

Com esta iniciativa de "Educação para o Ambiente", a FNE e a AFIET sublinham que o papel do sindicalismo não se limita a negociar, debater e reivindicar condições laborais e sociais, mas também ajudar a reforçar o papel da Educação e dos seus profissionais na defesa do ambiente e da sustentabilidade para o futuro do planeta, através da redução da pegada ambiental.

Este workshop tem uma capacidade limitada de participação. Será enviado a todos os participantes um certificado de presença. O Certificado de Ação de Curta Duração tem o custo de 5€. O pagamento deve ser feito por transferência bancária para o IBAN da AFIET (**PT50.0036.0073.99100011284.02 - BIC/SWIFT: MPIOPTPL**) e enviado o comprovativo juntamente com o pedido. O certificado de Ação de Curta Duração será enviado no prazo de 30 dias.

Inscreva-se AQUI até 10 de maio de 2024.





SPZN assinalou 50º aniversário com várias iniciativas

O SPZN - Sindicato dos Professores da Zona Norte celebrou, a 30 de abril de 2024 os seus 50 anos de existência, realizando nesse âmbito uma série de iniciativas.

A criação deste Sindicato nasceu da vontade dos professores de se unirem para serem mais fortes e, juntos, lutarem em prol de uma causa comum: uma Educação de qualidade para todos.

Nesta data, o SPZN celebrou junto a todos os seus sócios, desde os seus fundadores àqueles que continuam a juntar-se, a participar e a fortalecer este sindicato.

Como tal, de forma a assinalar este marco temporal, a Direção daquele que foi o primeiro Sindicato de Professores de Portugal promoveu várias iniciativas ao longo do dia, com um programa que se iniciou com o hastear da bandeira dos 50 anos na sede do Sindicato no Porto e que passou depois pela inauguração da Galeria dos Presidentes do SPZN e pela Conferência "Meio Século" que contou com a presença de antigos líderes do Sindicato.

Esta foi uma iniciativa enquadrada num vasto conjunto de atividades que se vão prolongar até ao final do mês de abril de 2025.

Não perca na edição de maio de 2024 do Jornal FNE, a reportagem sobre este evento.

CONFERÊNCIA SPZN

MEIO SÉCULO

30 ABRIL, 2024

No dia 30 de abril de 2024, o Sindicato dos Professores da Zona Norte – SPZN celebra o seu 50.º aniversário. A criação deste grande Sindicato nasceu da vontade de os professores se unirem para serem mais fortes! Celebramos, assim, todos os sócios do SPZN, desde os seus fundadores àqueles que continuam a juntar-se, a participar e a fortalecer o SPZN. A nossa força é a força da solidariedade, do apoio mútuo e da união!

Para assinalar esta data, a Direção do SPZN organiza uma conferência, conforme programa abaixo, enquadrada num vasto conjunto de atividades que se vão prolongar até ao final do mês de abril de 2025.

PROGRAMA DA CONFERÊNCIA

10:00h - Hastear da bandeira dos 50 anos

10:15h - Inauguração da Galeria dos Presidentes do SPZN

10:30h - Porto de Honra

11:00h - Conferência "Meio século"
Abertura: Pedro Barreiros
Intervenções dos Presidentes:
- Luís de Melo (em representação de Manuela Teixeira)
- Natércia Cardeano
- João Dias da Silva
- Lucinda Dâmaso

Moderação- Maria Arminda Bragança

12:30h - Encerramento

50 ANOS
1974-2024

SINDICATO dos PROFESSORES ZONA NORTE

38º aniversário do SPCL

O SPCL, Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas, é um sindicato membro da FNE e representa os professores que exercem funções no Ensino Português no Estrangeiro (EPE).

Com os primeiros estatutos oficialmente aprovados a 30 de abril de 1986, o SPCL, atualmente com sede na Alemanha, tem tido uma ação fundamental na defesa dos direitos dos professores do EPE e na qualidade de ensino, sendo presidido por Teresa Soares.

O SPCL orienta a sua atuação dentro da observância dos princípios do sindicalismo democrático e da liberdade sindical, tal como se acham definidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela OIT, nomeadamente através da organização e gestão democráticas, baseadas na eleição periódica dos seus dirigentes e na participação livre e activa dos seus associados.





Sindicato Democrático dos Professores dos Açores celebra 35 anos

Como sócio número 1 do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores - SDPA, foi-me solicitado que me debruçasse acerca da constituição do nosso sindicato, nomeadamente quanto à vontade e à ambição da fundação de um sindicato na Região Autónoma dos Açores afeto à, então, Federação Nacional dos Sindicatos de Professores - FNSP, no momento que celebra 35 anos de existência.

Sinteticamente e, em breves notas, seguem-se algumas para uma realidade nos Açores que seria, claramente, uma associação sindical que proporcionasse à classe docente o conhecimento de um outro organismo com atuação diferenciada do já existente nesta região autónoma.

Fazendo eco da cronologia, avivo a memória recordando que são já, decorridos 35 anos, ou seja, em 1986, em que participamos no Hotel Vimieiro, num Congresso dos Trabalhadores Social Democratas – TSD, onde descobrimos a presença de alguns destacados dirigentes da então FNSP, respetivamente, a Dra. Manuela Teixeira, Secretária-Geral, o Dr. Luís de Melo, Secretário Nacional e a Prof. Natércia Cardeano, Secretária Nacional.

Nessa circunstância e, a eles, sobretudo ao colega Luís Melo, nosso conterrâneo e companheiro no saudoso Liceu Nacional de Ponta Delgada, manifestamos a intenção de fundar um sindicato de carácter regional que beneficiasse de uma estrutura orgânica, dentro dos princípios doutrinários daquela federação. A proposta teve uma receção muito afirmativa e, logo, foram calendarizadas ações a desenvolver em Ponta Delgada, caso de formação no âmbito da ação sindical, que mereceu grande participação dos presentes.

Estávamos despertos e estimulados com o entusiasmo dos colegas presentes. Concluímos que as sementes geradas no Vimieiro estavam lançadas e cresceriam em breve, visando a pluralidade sindical no nosso arquipélago. Não fizemos STOP, nem nos deixamos demover por antagonismos já instalados, nem por pressões de pseudo-rivalidades. Antes, pelo contrário, essa fase adversária contribuiria para acalentar a animosidade e o entusiasmo tendente à concretização dos nossos objetivos cuidadosa e previamente definidos.

Para tal, constituiu-se em 1988 uma comissão promotora que daria seguimento à discussão e aprovação dos estatutos e à consolidação da nossa posição nos órgãos da FNSP. Os primeiros órgãos sociais do SDPA para o triénio 1990-1993 são eleitos em 28 de março de 1990.

Conscientes das dificuldades, mas firmes nas convicções acerca deste projeto, alvoraram nítida e paulatinamente os resultados positivos da nossa persistência e, porque não, teimosia. As contrariedades fortaleceram o combate e a vontade de vencer. É, também, de apontar que viver no meio do mar, em rochedos vulcânicos, dificulta as acessibilidades, os contactos e intercâmbios, sejam qual for a sua natureza.

Após Abril de 1974, o Povo português optou pela democracia visando a construção de uma cidadania plena. O universo laboral protagonizou duas centrais sindicais: a UGT e a CGTP. Em relação ao mundo docente a FNSP, fundada em 1982, aderiu à UGT, e a FENPROF, constituída em 1984, aderiu à CGTP. Cingindo-nos aos Açores, em 1978, surge o SPRA que foi a única representação da classe docente durante uma década.

Refira-se que a adesão do SDPA à FNSP e à UGT resultou do juízo feito face à atuação destas na procura de soluções pugnadas por uma filosofia de luta, mais livre, independente e tolerante, revelando um cunho de aproximação às instituições e entidades constitucionais. Isto é, pelo diálogo para a negociação dos seus anseios, sem demagogia e sem perversão dos princípios democráticos vigentes.

O SDPA seria uma componente histórica do sindicalismo nos Açores, não só pela sua presença, mas sobretudo com o seu contributo dialogante e cooperante na reforma do sistema educativo, numa escola plural e democrática, visando a formação cultural e para a vida profissional dos jovens açorianos.

O SDPA, mais conhecido como o "sindicato democrático", atingiu a idade de 35 anos, mas já há muito que se tornou adulto, pois sabe o que quer e para onde quer ir. Vemos com bons olhos o seu contínuo crescimento, a sua procura à filiação, a participação ativa dos seus associados e graças ao dinamismo criativo dos seus dirigentes que, com espírito de sacrifício, empenho e dedicação, esforçam-se para que tenhamos melhor escola, melhores professores, melhores alunos e melhor sociedade.

Termino recordando o lema do Congresso da FNSP ocorrido em abril de 1989, em Lisboa, no qual estivemos presentes, que foi e que ainda consideramos atualizado: A qualidade na Educação é uma aposta do presente, para ganhar o futuro.

Noé Miranda Soares
Sócio n.º 1 do SDPA

Os 50 anos do 25 de Abril na educação, que mudanças?

Os assistentes operacionais são retribuídos genericamente com o salário mínimo nacional, quando na verdade desenvolvem um trabalho qualificado junto dos jovens, a prepará-los para o futuro. Merecem assim a integração numa carreira especial, ou então o direito a terem estabelecidos os seus conteúdos funcionais, de acordo com o trabalho que efetivamente desempenham.

O Pessoal de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente olha para a Escola 50 anos após a revolução e questiona-se sobre se a revolução valeu a pena para estes trabalhadores no contexto da comunidade educativa.

Claro que o 25 de Abril valeu e valerá sempre e poderíamos dizer, sem qualquer dúvida, vale tudo o que de bom este país alcançou com a democracia e a liberdade, valores que não têm qualquer preço, bem como a evolução socioeconómica que Portugal e os portugueses atingiram.

E questionamo-nos o que alcançaram os trabalhadores não docentes da comunidade educativa ao longo destes 50 anos, desde os velhos contínuos que ingressavam nos serviços públicos da educação com a escolaridade mínima, a velha terceira/quarta classe, funcionários da secretaria que ingressavam com o velho 2.º ano do secundário, habilitações mínimas para podermos exercer essas funções públicas.

Como constatamos nos estabelecimentos públicos, há dois grupos distintos de trabalhadores, os docentes e os não docentes, tendo-se verificado ao longo destes 50 anos que nas escolas havia trabalhadores com a escolaridade obrigatória, que era a 4ª classe, os contínuos, e o 2.º ano do ensino secundário, os administrativos, perante os docentes do 1.º ciclo e os docentes licenciados, o que se traduzia num fosso enorme entre as habilitações académicas destes dois grupos de trabalhadores da comunidade educativa.

Esse fosso académico entre estes trabalhadores da educação diminuiu, pois atualmente temos o 12.º ano como escolaridade obrigatória para ingressar na função pública e a licenciatura para o ingresso na carreira docente, constatando-se ainda atualmente que nas carreiras dos assistentes operacionais e assistentes técnicos existe uma enorme percentagem de licenciados e mestres.

Outro benefício que o pessoal de apoio educativo/pessoal não docente alcançou com a democracia foi o de poderem aceder aos órgãos de gestão da escola, podendo assim tomar parte nas decisões tomadas na comunidade educativa. Mas a razão final que nos levou a escrever este artigo, sobre as mudanças nestes últimos 50 anos na Educação, prende-se com as funções que os não docentes da educação desempenham, nomeadamente os assistentes operacionais, cujas funções estão estabelecidas na Lei 35/2014, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e que são as seguintes:

·Funções de natureza executiva de caráter manual e mecânico;
·Execução de tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços podendo comportar esforço físico;
·Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo.

Portanto temos na comunidade educativa assistentes operacionais cujas funções legais consistem em diretivas gerais bem definidas, manutenção de equipamentos, questionando-nos onde encontramos os alunos com quem estes profissionais trabalham todos os dias, na comunidade educativa.

Temos aqui uma forte razão para retirar estes trabalhadores da educação das carreiras gerais e integrá-los numa carreira especial ou então estabelecer os seus conteúdos funcionais de acordo com o trabalho que efetivamente desempenham, apoio aos alunos fora da sala de aula, não esquecendo os dos jardins-de-infância.

Outra razão que nos levou a escrever este artigo prende-se com as funções que estes trabalhadores desempenham na educação, portanto em permanente contacto com os alunos, que são os nossos filhos, sejam alunos sem e com problemas educativos.
E estes trabalhadores são retribuídos genericamente com o salário mínimo nacional, onde desenvolvem um trabalho qualificado junto dos jovens a prepará-los para o futuro.

Será assim um trabalho tão simples que pode ser retribuído como salário mínimo? Não o cremos, pois o trabalho com crianças é um trabalho para trabalhadores qualificados, o caso de assistentes operacionais das escolas.

Os senhores governantes devem por as mãos na vossa consciência, quando retribuem estes trabalhadores da educação com o salário mínimo da Administração, quando desempenham uma função elevadamente qualificada na comunidade.

E disse:
Viva o 25 de Abril

João Gois Ramalho
Presidente do STAAE-ZC

Suspensão de atividades em agosto levantou dúvidas à FNE

Dúvidas sobre o Despacho n.º 1/2024, divulgado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) relativo à possibilidade de suspensão das atividades nas escolas pelo período de uma semana, entre os dias 12 e 23 do próximo mês de agosto, levaram a FNE a enviar um ofício à tutela com um pedido de esclarecimentos.

Os três Sindicatos de Pessoal de Apoio Educativo da FNE (STAAE-ZN, STAAE-ZC e STAAESul e RA) manifestaram junto da Federação a sua preocupação com a decisão do MECI alertando para a necessidade de se evitar os procedimentos casuísticos acontecidos no ano de 2023 e o poder discricionário dos Diretores de Escola, em relação ao Pessoal de Apoio Educativo.

A subjetividade de escolha do período de férias destes trabalhadores levantou dúvidas ao nível da interpretação deste despacho em pontos como:

- Os trabalhadores têm que tirar férias neste período designado no Despacho ou este é um acréscimo?

- A escola fecha ao público mas, os trabalhadores têm que permanecer no local de trabalho? E caso os trabalhadores estejam de férias, perdem estes dias?

A FNE procurou junto dos seus serviços jurídicos uma interpretação a estas questões, cujas respostas obtidas anexou junto ao ofício enviado ao MECI, pretendendo então esclarecer a forma como deve ser interpretado o referido despacho, salvaguardando sempre o não condicionamento da escolha do período de férias destes trabalhadores.

Percebendo da urgência de resolução de vários outros temas, a FNE avançou também com o pedido de marcação de uma reunião com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação para negociação de várias reivindicações que afetam de modo profundo a vida profissional destes Trabalhadores nas escolas.

STAAE-ZN celebrou o seu 35º aniversário

O STAAE-ZN (Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte) celebrou o seu 35º aniversário em 30 de abril de 2024.
Com os seus primeiros estatutos publicados oficialmente a 30 de abril de 1989, o STAAE-ZN é uma associação sindical que representa os trabalhadores Não Docentes da Educação dos ensinos público, privado, ensino particular e cooperativo, nomeadamente Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo Sindicato membro da FNE desde 1989.

O STAAE-ZN nasceu por comissão constituída em 25 de janeiro de 1989 presidida por Alberto Fernando Lopes Machado. O primeiro Congresso foi realizado no Porto, no dia 21 de abril de 1990 na Escola Secundária Alexandre Herculano e aí foram aprovados documentos importantes como o Estatuto Profissional, o Código Deontológico e debatidos assuntos como a formação profissional e a participação na gestão das escolas, ou as condições de trabalho do ensino particular.

Novos Estatutos aprovados em Congresso

Entretanto, no seu XIV Congresso, que decorreu em 13 de abril de 2024, na sede da cidade do Porto, o STAAE-ZN aprovou a alteração dos seus novos estatutos por unanimidade e aclamação.



Nova líder da UNSA Éducation enfrenta *choque de saberes*

Morgane Viviers, de 38 anos, foi eleita, na semana de 25 a 29 de março de 2024, a nova Secretária-Geral (SG) da UNSA Éducation para os próximos quatro anos, no 44º Congresso nacional em Nantes, para o qual a FNE foi convidada.

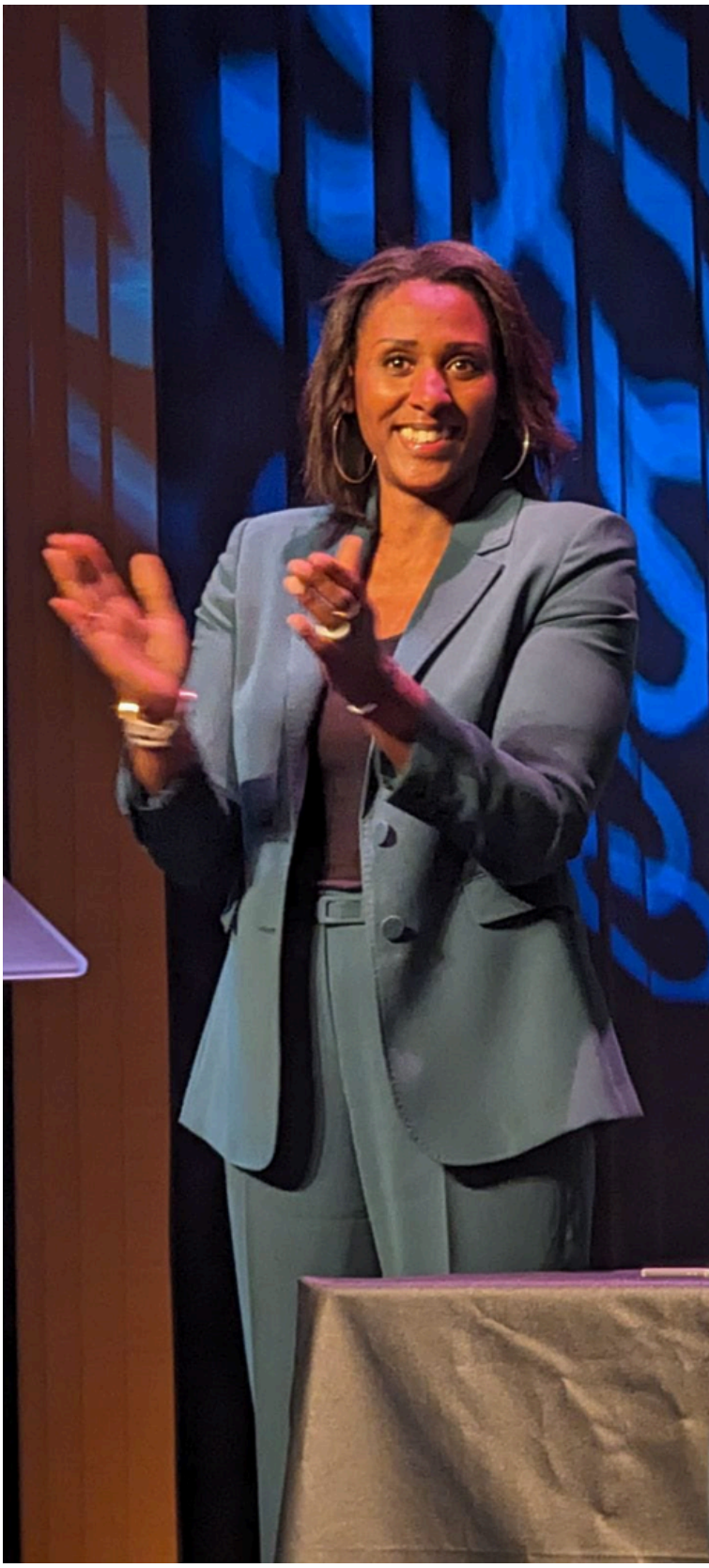
"Juntos Para Fazer a Diferença" foi o lema do congresso, que debateu uma sociedade fraturada e a importância das profissões da educação, da juventude e da formação para a remediar.

Conselheira principal da autoridade educativa de Créteil, a 11 km do centro de Paris, Morgane sucedeu a Frédéric Marchand, à frente de uma federação da educação de 23 sindicatos franceses de professores e de Pessoal de Apoio Educativo.

A UNSA Éducation é a primeira organização sindical no Ensino Superior e Investigação em França, primeira em Juventude, Desporto, Vida Comunitária e Educação Popular e a segunda maior do setor da educação nacional.

Quinhentos delegados representantes de todos os sindicatos e territórios franceses e ultramarinos votaram por unanimidade, com oito abstenções, a lista apresentada por Morgane Viviers ao próximo quadriénio da organização.

Após a sua eleição durante o congresso em 26 de março, a jovem SG afirmou com emoção que "a nossa missão é essencial: seja qual for a nossa profissão, somos os primeiros a formar os cidadãos que farão o nosso país. A nossa responsabilidade é imensa, sabemos disso e reivindicamo-la."



No seu discurso aos congressistas, Morgane acentuou que “a nossa missão, tanto nos sindicatos como no seio da federação, não é de tomar o poder e governar o país, mas propor um projeto social baseado em políticas educativas, culturais, desportivas, de investigação e de juventude que sejam verdadeiramente ambiciosas e consistentes com os desafios do país e do mundo”.

Para Morgane Viviers, “a democracia e a social-democracia estão ligadas! Seja através das reformas em curso nas nossas profissões, nos serviços públicos, nas grandes convulsões sociais, ou mesmo através da reestruturação do cenário social e político que está a tomar forma, estamos num ponto de viragem”.

A nova líder sublinhou que o projeto da UNSA Éducation é o de construir uma sociedade mais justa, mais unida, mais respeitosa com a vida, mais humanista. Uma sociedade secular que permite total liberdade de consciência. Uma sociedade em que mulheres e homens sejam iguais, em que as diferenças sejam riquezas. Uma sociedade que incentiva toda a diversidade e age contra todas as formas de discriminação.

A UNSA Éducation defende assim que “a educação é aprender a pensar por si mesmo, que a cultura é fonte de inspiração e sublimação da realidade, que a educação popular é uma ferramenta de abertura ao mundo maravilhoso, que a investigação pública é essencial para construir o futuro do nosso país”.





“Choque de saberes” com turmas de nível

Na verdade, a federação valoriza um conceito global de educação que integre todas as suas dimensões: Escola e Educação em sentido lato, formação profissional, educação popular, atividades físicas e desportivas, práticas culturais.

Para a UNSA Éducation, todos são educáveis. Por isso, deve ser garantida a todos uma base comum de conhecimentos e competências no final da escolaridade obrigatória e, posteriormente, o direito à formação ao longo da vida.

Igualdade, humanismo, secularismo e liberdade são valores que estruturam a ação desta organização sindical francesa. O sindicalismo da UNSA Éducation é reformista e exigente. Por consequência, denuncia e opõe-se quando necessário. E também procura propor e negociar para avançar.

Independentemente do empregador ou do governo em vigor, o seu agir vem sempre impregnado com total independência.

Para a UNSA Éducation, a defesa e promoção da liberdade de consciência, a igualdade entre mulheres e homens e o combate a todas as discriminações são eixos fundamentais. Uma educação que ajude a desconstruir estereótipos e preconceitos é essencial para reduzir o racismo, o antissemitismo, o sexismo e a homofobia.

A nova Secretária-Geral da UNSA Educação defende a importância do serviço público no interesse geral e considera a sua ação como parte do desenvolvimento e da representatividade interprofissional da sua central sindical, a UNSA, na qual se integra a UNSA Éducation.

Os serviços públicos estão a ser atacados pela mercantilização e privatização, o sucesso de alguns está em conflito com o sucesso de todos e uma visão nostálgica da educação compete com a ambição de enfrentar os desafios do futuro. Neste contexto social e político particularmente tenso, em que a extrema-direita está em ascensão, Morgane Verviers exorta a UNSA Éducation a travar e a vencer a batalha das ideias.

Para Joaquim Santos, representante da FNE, o 44º Congresso de Nantes, marcado por excelentes momentos de debate, foi uma rara oportunidade de rever vários amigos da UNSA Éducation e de conhecer outros. Também de ficar a conhecer melhor os desafios da reforma educativa em curso em França, com o chamado **"choque de saberes".**

Na verdade, o Ministério da Educação francês apresentou em dezembro de 2023 um novo plano para ***retomar a exigência*** nas escolas do país, para o qual contribuíram os 21 pontos de descida nos resultados do PISA em matemática entre 2018 e 2022.

Os principais pontos do plano do governo francês para melhorar os resultados escolares em França incluem novos programas para o ensino fundamental, o regresso das reprovações e a separação dos alunos por nível de conhecimento em francês e em matemática. O plano tem dado muitas dores de cabeça a sindicatos, docentes e a escolas.

Além da parte habitual de um congresso, o evento da UNSA congregou diversos momentos de formação, de desenvolvimento profissional, de workshops, de sessões paralelas, para além dos naturais espaços de debate de ideias e de ideais, em que os franceses são por demais conhecidos.









Uma União Europeia climaticamente neutra até 2050

A Comissão Europeia (CE) está empenhada em transformar a União Europeia (UE) numa economia limpa, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, em consonância com os objetivos do Acordo de Paris.

O Pacto Ecológico Europeu foi concebido como a bússola para alcançar esses objetivos. Visa assegurar emissões nulas até 2050, tornando a Europa o **primeiro continente do mundo com impacto** neutro no clima.

Os desenvolvimentos sociais, económicos e geopolíticos nos últimos anos confirmaram que esta linha de ação é crítica. A transição para energias e tecnologias limpas tornou-se, ainda mais do que antes, um incentivo ao crescimento **económico e à inovação.**

Além disso, a agressão da Rússia contra a Ucrânia sublinhou a necessidade de reduzir as dependências de parceiros não fiáveis e de reforçar a própria autonomia energética graças às energias renováveis, à eficiência energética e a outras políticas do Pacto Ecológico.

Em 2021, a UE adotou a sua primeira **Lei Europeia do Clima.** Estabeleceu os objetivos da Europa de alcançar a neutralidade climática até 2050, bem como uma meta de **redução de** 55% das emissões até 2030, em comparação com 1990.

Tal como exigido pela Lei Europeia em matéria de Clima, a Comissão recomendou igualmente, em fevereiro de 2024, uma meta intermédia adicional de **redução de** 90% das emissões até 2040, confirmando o seu rumo.

Criar o ambiente propício adequado

Mas o Pacto Ecológico Europeu não se limita à definição de metas. Trata-se também de criar o ambiente propício certo. Trata-se, antes de mais, de **colocar as pessoas no centro da transição.** É por esta razão que se tem vindo a assegurar que a transição para uma economia limpa é justa e equitativa, apoiando tanto os mais vulneráveis à transição para uma economia limpa, como os mais afetados pelos efeitos das alterações climáticas.

Com o Fundo para uma Transição Justa, apoiaram-se os trabalhadores e as regiões a desenvolverem novas competências e a prosperarem na economia verde. Do mesmo modo, o **Fundo Social para o Clima,** parcialmente financiado através do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE, proporcionará aos Estados-Membros (EM) financiamento específico para apoiar os grupos vulneráveis, graças a investimentos em eficiência energética, renovação de edifícios e aquecimento limpo, entre outros.

Para alcançar o objetivo de neutralidade climática, precisamos também de um sistema energético mais limpo, mais eficiente e que abandone a dependência dos combustíveis fósseis. Para tal, temos de assegurar que o capital flui na direção certa e que as pessoas e as empresas podem aceder ao financiamento de que necessitam para realizar investimentos **ecológicos**.

Mobilizou-se igualmente financiamento privado e público para apoiar a implantação de fontes de energia hipocarbónicas e aumentar a eficiência energética dos edifícios.



Estima-se que 275 mil milhões de EUR dos **fundos** *NextGenerationEU e REPowerEU* apoiarão investimentos limpos e 118 mil milhões de EUR da política de **coesão** até 2027 serão afetados à transição limpa.

Em fevereiro de 2023, adotou-se o Plano Industrial do **Pacto Ecológico,** que inclui o Regulamento Matérias-Primas Críticas e o Regulamento Indústria de Impacto Zero.

Também se apoiou o desenvolvimento das **infraestruturas e das tecnologias inovadoras** de que precisamos para reduzir as emissões. E com o Mecanismo de **Ajustamento Carbónico Fronteiriço** combateu-se a fuga de carbono, assegurando que as emissões são reduzidas onde quer que sejam produzidas, e não simplesmente deslocalizadas.

A CE lançou de igual modo as bases para a construção de uma economia mais **circular e eficiente em termos de recursos.**

No cerne do **Pacto Ecológico Europeu** da Comissão está o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050, objetivo que os Estados-Membros e o Parlamento Europeu subscreveram por unanimidade. Isto significa que, até 2050, a UE reduzirá significativamente as suas emissões de gases com efeito de estufa, enquanto as restantes emissões serão captadas pela tecnologia ou em sumidouros naturais de carbono, como as florestas.

Entre os primeiros elementos fundamentais do Pacto Ecológico, a **Lei Europeia em matéria de Clima** entrou em vigor em julho de 2021 e tornou vinculativo o compromisso de neutralidade climática.



Proteger trabalhadores e as sociedades vulneráveis

Ninguém deve ficar para trás na transição para uma economia limpa. Para apoiar as regiões mais afetadas pelo impacto socioeconómico causado pela transição limpa, a Comissão apresentou o **Fundo para uma Transição Justa**, com uma dotação total de 19,7 mil milhões de EUR.

Do mesmo modo, propôs um **Fundo Social para o Clima**, que proporcionará aos EM financiamento específico, nomeadamente através do mecanismo de fixação do preço do carbono, para apoiar grupos vulneráveis, como os agregados familiares em situação de pobreza energética ou dos transportes.

As alterações climáticas estão a tornar os fenómenos meteorológicos extremos mais frequentes, causando danos generalizados em comunidades inteiras. À medida que estes eventos se tornam mais comuns, a Comissão intensificou a sua ação para apoiar os EM e as pessoas no terreno.

O **Fundo de Solidariedade da UE** tornou-se uma das principais expressões da solidariedade da UE na sequência de catástrofes. Com o *NextGenerationEU*, a UE está também a financiar projetos nacionais que abordam a atenuação das alterações climáticas.

A Comissão tomou medidas sem precedentes para aumentar o apoio aos agricultores e às comunidades rurais quando são afetados por catástrofes relacionadas com o clima. Tal inclui Espanha e Portugal, onde secas graves afetaram repetidamente os agricultores nos últimos meses. Assim como várias regiões de Itália, Grécia e Eslovénia afetadas por inundações.





Na Hungria: só os médicos podem dar aulas de educação sexual

A FNE participou na terceira visita entre pares do projeto "As escolas como instituições de aprendizagem - Os Parceiros Sociais Europeus na Educação promovem modelos eficazes de gestão da qualidade e da inovação no sector da educação numa era pós-Covid-19".

A visita decorreu em 16 e 17 de abril de 2024, em Budapeste, numa parceria entre os Empregadores Europeus da Educação (EFEE) e o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), com a responsabilidade financeira a pertencer aos primeiros. O programa incluiu um seminário e duas visitas a escolas na cidade, ambas localizadas na parte de Buda.

O objetivo do projeto é o de mapear modelos, estratégias e práticas de gestão da inovação e da qualidade em escolas da União Europeia e descobrir, desenvolver e divulgar esses modelos e estratégias.

Depois de Madrid (Espanha) e Budva (Montenegro) seguiu-se Budapeste, capital de um país em sobressalto, devido aos desafios da implementação de um populismo extremo, com um discurso centrado na etnia e no medo dos imigrantes. Um dos objetivos do Governo de Vicktor Orbán é precisamente o de controlar o sistema educativo húngaro, do início até às universidades.

Amigo de Vladimir Putin e de Erdogan, Vicktor Orbán prossegue **políticas de identidade,** dirigindo as suas ações à etnia húngara, contra os "abomináveis liberais e comunistas". A sua bandeira é o passado glorioso da Hungria e a sua cultura tradicional. E o alvo do seu ódio é George Soros, um bilionário judeu de origem húngara e um conhecido ativista político.

A manhã do primeiro dia da visita foi dedicada a um seminário, em que Gyorgy Mészáros, investigador do projeto, apresentou os primeiros resultados, assim como o inquérito já disponível online.





Espaço também para os parceiros sociais húngaros apresentarem os seus múltiplos desafios no campo da educação, que dificultam a inovação.

De tarde, os participantes europeus do projeto visitaram a Escola Secundária da Fundação Kürt (Kurt Alapitványi Gimnázium), que oferece uma educação artística democrática, e onde os membros da comunidade escolar têm direitos iguais na maioria dos assuntos relacionados com a vida da escola (questões de aprendizagem e ensino, bem como na elaboração das regras que regem a vida escolar).



Uma escola modelo

Na manhã do segundo dia, realizou-se uma visita à escola modelo e alternativa de Gyermekek Háza, uma escola moderna, muito bem equipada, com métodos de ensino considerados inovadores e localizada em Buda, a cerca de dez quilómetros do centro de Peste, numa zona de elites, incluindo governamentais.

O governo húngaro tinha dito à organização do projeto: ou visitávamos aquela escola, ou mais nenhuma. Assim foi. E a FNE (Joaquim Santos) teve a oportunidade de assistir a uma aula do 6º ano, numa turma com aluno(a)s da educação especial, uma delas com síndrome de Down. A aula foi conduzida pela própria diretora e decorreu segundo métodos pedagógicos muito inovadores.

Houve também lugar para um debate com professoras da escola e no final com apenas os participantes do projeto, alguns deles de organizações sindicais húngaras. Fomos informados que esta escola tem aluno(a)s muitíssimo selecionado(a)s e que receberia cerca de mais 50% de financiamento público que uma escola habitual no País. Para além disso, uma parte do financiamento da escola viria de uma fundação, para onde a grande maioria dos pais concordaria em pagar cerca de 100 euros mensais.

As professoras mostraram-se publicamente muito satisfeitas por lecionar naquele estabelecimento de ensino, mas colegas dos sindicatos húngaros asseguraram-nos que, numa greve mais ou menos recente, aquela zona geográfica de elite evidenciara uma grande adesão.

Diálogo social abolido

Após várias crises económicas na Hungria, a extrema-direita ganhou muitas forças. Depois da crise económica de 2008, os búlgaros sentem isso de forma significativa.

A Hungria está na vanguarda da implementação de um populismo extremo. Desde 2010, construiu-se conscientemente um sistema que ocupou todas as áreas da economia, da administração pública e dos meios de comunicação social, através da lealdade política. O principal objetivo é invadir a consciência das pessoas. Para isso, houve um maior investimento em comunicação do que na própria manutenção dos jardins-de-infância do país.

Ao longo de mais de uma década, um ano e meio de recursos foram retirados dos serviços públicos e reagrupados para os atores da economia privada. Atualmente, foram aumentadas as despesas orçamentais desnecessárias com psicólogos escolares e pedagogos do desenvolvimento. O diálogo social foi abolido e o governo não convocou o conselho de conciliação de interesses no ensino público durante dois anos.

Na Hungria, as leis nem sequer permitem a celebração de um acordo coletivo setorial.

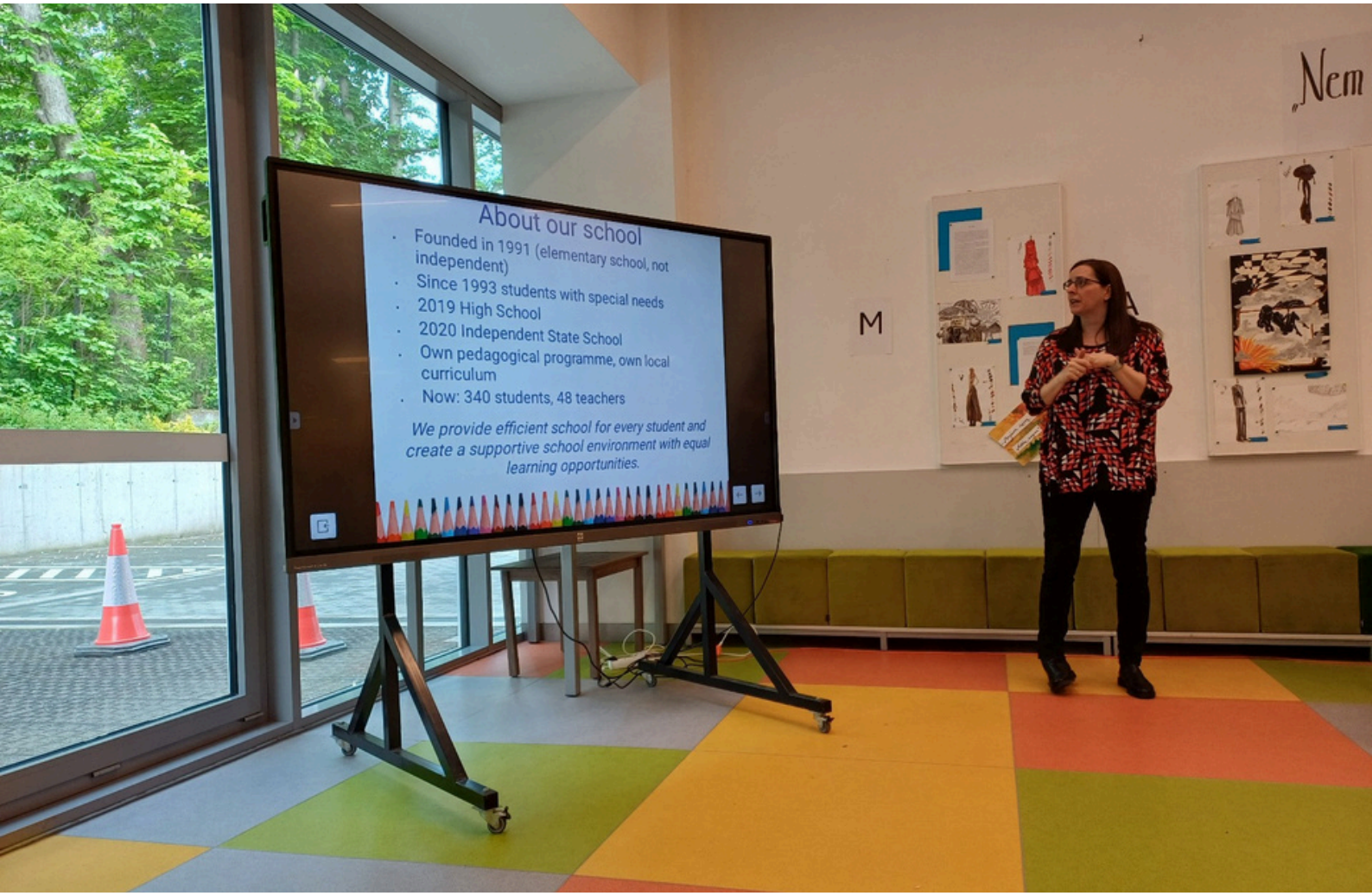
Aprovam-se leis de ordem profissional segundo o modelo do Estado fascista italiano e jogam-se os participantes no serviço público uns contra os outros, fazendo referência a essas leis. As leis profissionais permitem agora também a consulta dos dispositivos eletrónicos privados dos professores e a verificação dos posts dos seus colegas nas redes sociais. Os professores podem ser responsabilizados por publicações ou partilhas inadequadas.

Existe atualmente um processo judicial contra 16 professores devido às suas ações de protesto privadas. A outra lição importante para todos deveria ser a de que a criação de organizações profissionais corporativas cujo funcionamento depende do Estado não deve ser permitida. O governo negoceia com estas organizações e apresenta-as como forma de um verdadeiro diálogo social.

O próximo perigo na Hungria é o facto de os responsáveis terem anunciado uma viragem ultra conservadora no ensino público. Segundo o governo, os modelos finlandês, estónio e polaco falharam na educação e é necessário um regresso ao currículo. O governo declarou que o ensino baseado em competências não é capaz de responder aos desafios vindos do Extremo Oriente.







Só os médicos podem ensinar educação sexual

Neste contexto, pretende trazer de volta a educação de elite, fornecendo apenas a educação mínima ao terço inferior da sociedade, pretendendo eliminar a educação especial, a psicologia escolar e a pedagogia do desenvolvimento.

É assim que pode acontecer que o maior governo anti-migrante queira convidar 200 mil trabalhadores asiáticos para o país, porque o mercado de trabalho não consegue encontrar trabalhadores adequados para certos serviços. Tal governo nem sequer quer lidar com os efeitos da inteligência artificial na educação, pois não tem interesse em que os estudantes aprendam a filtrar notícias falsas.

No que se refere à educação de elite, ocorreu um incrível processo de privatização da educação. Em 2010, o número de instituições de ensino mantidas pelas igrejas era igual à proporção de pessoas que praticavam a sua religião. Atualmente, esta proporção duplicou 40% nas escolas secundárias e 80% da proteção infantil foi transferida para as mãos das igrejas, enquanto o número de pessoas religiosas continuou a diminuir.

O governo pretende manter a competitividade, mantendo os salários baixos e ajustando as despesas com a educação a este nível. O último elemento é a limitação do funcionamento das organizações civis. As ONG (Organizações Não Governamentais) foram proibidas de entrar em todos os estabelecimentos de ensino. As organizações que lidam com questões de género são controladas separadamente. Só os médicos podem dar aulas de educação sexual, mas não podem abordar a questão da homossexualidade.

Em junho de 2021, o Parlamento húngaro aprovou uma lei que proíbe conteúdos considerados pró-LGBT nas escolas para "combater a pedofilia". A educação em matéria de género foi reduzida ao mínimo nos materiais didáticos. Aumentou o número de crimes contra as minorias, aumentou a agressão nas escolas, o que se pretende resolver enviando agentes da polícia para os estabelecimentos de ensino.

As ONG e os sindicatos devem também comunicar aos organismos governamentais os subsídios que recebem do estrangeiro. Os representantes e dirigentes de organizações que tenham recebido apoio do estrangeiro não podem concorrer às eleições autárquicas e legislativas. Se o representante concorrer às eleições, pode ser condenado a uma pena de um a três anos de prisão, por financiamento ilegal ou por servir interesses anti-nacionais.

Entretanto, o governo iniciou uma investigação da autoridade fiscal contra os sindicatos de professores. Os governantes estão curiosos sobre a forma como os sindicatos têm financiado as ações de protesto nos últimos dois anos.
As pessoas pobres e sem instrução são as que mantêm o governo populista de direita no poder. A extrema-direita é mais forte onde a pobreza é maior. Na Hungria, os estudantes estrangeiros a nível universitário são ensinados a construir o sistema político de Vicktor Orbán noutros países.



Trabalhadores das plataformas: novas regras para melhorar condições de trabalho

Os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais da União Europeia (UE) confirmaram, em março de 2024, o acordo provisório entre a Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu sobre a diretiva relativa ao trabalho em plataformas. Este ato jurídico da UE visa melhorar as condições de trabalho e de saúde daqueles trabalhadores e regular a utilização de algoritmos pelas plataformas digitais de trabalho.

O acordo proíbe a utilização de sistemas automatizados de monitorização ou de tomada de decisões para o tratamento de certos tipos de dados pessoais de pessoas que executam trabalhos em plataformas, como **dados biométricos ou o seu estado emocional ou psicológico.**

A diretiva tornará mais transparente a utilização de algoritmos na gestão de recursos humanos, garantindo que os sistemas automatizados são monitorizados por pessoal qualificado e que os trabalhadores têm o direito de contestar as decisões automatizadas. Também ajudará a determinar corretamente o estatuto de emprego das pessoas que trabalham para plataformas, permitindo-lhes beneficiar de quaisquer direitos laborais a que tenham direito.

Este é o primeiro ato legislativo da União Europeia (UE) a regular a gestão algorítmica no local de trabalho e a estabelecer normas mínimas para melhorar as condições de trabalho de milhões de trabalhadores das plataformas na união. O acordo baseia-se nos esforços das anteriores presidências do Conselho e reafirma a dimensão social da União Europeia.



Combater o falso trabalho independente

O texto acordado estabelece um equilíbrio entre o respeito pelos sistemas laborais nacionais e a garantia de normas mínimas de proteção para os mais de 28 milhões de pessoas que trabalham em plataformas digitais de trabalho em toda a UE. Os principais elementos do compromisso giram em torno de uma presunção legal que ajudará a determinar o estatuto de emprego correto das pessoas que trabalham em plataformas digitais:

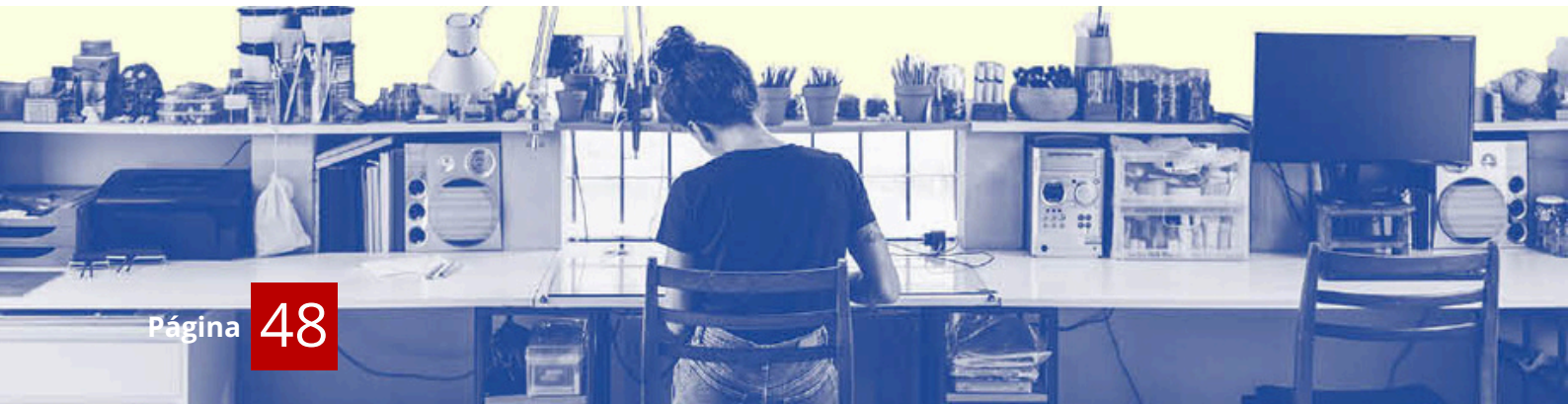
- os Estados-Membros (EM) estabelecerão uma presunção legal de emprego nos seus sistemas jurídicos, a ser desencadeada quando se verificarem factos que indiquem controlo e direção;
- esses factos serão determinados de acordo com a legislação nacional e as convenções coletivas, tendo simultaneamente em conta a jurisprudência da UE;
- as pessoas que trabalham em plataformas digitais, os seus representantes ou as autoridades nacionais podem invocar esta presunção legal e alegar que foram incorretamente classificadas;
- cabe à plataforma digital provar que não existe uma relação de trabalho.
Além disso, os Estados-Membros fornecerão orientações às plataformas digitais e às autoridades nacionais quando as novas medidas estiverem a ser aplicadas.

Regulamentar a gestão algorítmica

O acordo alcançado com o Parlamento Europeu garante que os trabalhadores são devidamente informados sobre a utilização de sistemas automatizados de monitorização e tomada de decisões relativamente ao seu recrutamento, às suas condições de trabalho e aos seus rendimentos, entre outros aspetos.

O controlo e a avaliação humanos são igualmente garantidos no que respeita às decisões automatizadas, incluindo o direito a que essas decisões sejam explicadas e revistas. O texto do acordo será agora finalizado em todas as línguas oficiais e formalmente adotado por ambas as instituições.

Após a conclusão das etapas formais da adoção, os EM terão dois anos para incorporar as disposições da diretiva na sua legislação nacional. A modificação das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores de plataformas representa um grande avanço na compreensão dos seus contextos de trabalho.




+vantagens
fne
Há +vantagens em ser associado(a)
dos sindicatos da FNE
www.fne.pt
Consultar protocolos

Dia Mundial do Trabalhador



REJUVENESCIMENTO

COMBATER A PRECARIEDADE

VALORIZAR OS TRABALHADORES

CARREIRAS DIGNAS

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

VILA REAL - PRAÇA DO MUNICIPIO

1º de Maio

UGT

1maio

FICHA TÉCNICA | ABRIL 2024

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO